



ATA 04/12d

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE DA SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – SEDUFSM – 13/06/2012.

Aos treze dias do mês de junho de 2012, os professores da UFSM reuniram-se em Assembleia Geral Permanente, às catorze horas e trinta minutos, em segunda chamada, no Auditório C da Química (anexo prédio 21 básicos – campus/UFSM). O professor Julio Quevedo faz a abertura da assembleia colocando a pauta para a aprovação: 1. Leitura da ata da assembleia geral permanente do dia trinta de maio de dois mil e doze; 2. Informes; 3. Análise de conjuntura – documento 04/06. 4. Discussão sobre perdas na carreira; 5. Proposta de construção de pauta conjunta; 6. Encaminhamentos; 7. Assuntos Gerais. Colocada em votação, aprovada a pauta por unanimidade. O professor Julio inicia a leitura da ata da assembleia 04/12c do dia 30 de maio de 2012. Após a leitura da ata é exibido o vídeo com o título: “*Dilma explica porque professores das federais entraram em greve/2012.*” Na sequência o professor Ascisio dos Reis Pereira lê o informe do ANDES-SN sobre a reunião realizada com o governo no dia 12 que segue: **Governo se compromete a apresentar esboço de proposta na próxima terça (19)** / *Depois de recuar na proposta de condicionar o avanço das negociações a uma trégua do movimento grevista, representantes do governo, em reunião realizada nesta terça-feira (12) com as entidades do setor de educação, mudaram de posição e passaram a aceitar a antecipação do prazo para o fechamento de uma proposta. Em uma reunião que durou mais de três horas, o secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, acordou com o ANDES-SN e demais entidades do setor da educação, que na próxima terça-feira (19) haverá nova reunião em que o governo vai apresentar um esboço de um novo plano de carreira. Até lá, a greve dos docentes continua.* “*Hoje foi um dia vitorioso para o nosso movimento. Não só porque realizamos belíssimas manifestações em todo o país, como fizemos o governo mudar a posição de que não receberia categorias em greve. Também conseguimos que, pela primeira vez, ele aceitasse antecipar o prazo para finalizar as negociações. Se antes, o limite era 31 de agosto, agora, há uma sinalização de que o processo esteja concluído no começo de julho*”, avaliou a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa. Durante as mais de três horas de reunião, um grupo de professores da Universidade de Brasília e do Comando Nacional de Greve ficou em frente ao Ministério do Planejamento, como forma de mostrar que a categoria está mobilizada. **Proposta indecente** - *A reunião começou, por volta das 18h, com o secretário Sérgio Mendonça afirmando que o governo se dispunha a apresentar uma proposta de re-estruturação da carreira docente num prazo de 20 dias, desde que a categoria desse uma trégua e saísse da greve. Também defenderam o encaminhamento o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Lins, e o diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Aléssio Barros. Argumentaram que era preciso estabelecer uma relação de confiança entre o governo e as entidades. A proposta foi veemente rechaçada pelas entidades presentes. “Eu custo a acreditar no que ouvi. Ontem, na reunião do Comando Nacional de Greve, foi levantada essa possibilidade, mas eu não achei que seria possível. Vim hoje para essa reunião esperando que fosse apresentada uma proposta e que sairíamos daqui para virar a noite estudando o que fosse apresentado”, afirmou a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa. Ela lembrou que o governo foi avisado inúmeras vezes de que a categoria estava insatisfeita. “Agora, não há como negar. Estamos em uma das maiores greve já realizadas no setor, com 55 instituições paradas, sendo 50 universidades”, afirmou. Marina argumentou que o governo não podia esperar que a categoria aceitasse dar a trégua, pois há muito tempo que os docentes vêm dando prazos, continuamente descumpridos pelo Ministério do Planejamento. O 1º vice-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, afirmou que a greve é fruto da compreensão da categoria de que há uma desvalorização do magistério. “Hoje temos uma carreira totalmente*

desestruturada”, afirmou. O diretor do Sinasefe David Lobão criticou o fato de o governo condicionar o avanços das negociações à volta ao trabalho dos grevistas e argumentou que a greve, ao contrário do que diz o governo, pode levar a negociações mais rápidas, já que a categoria estará em estado de mobilização permanente. Os dirigentes do Proifes lamentaram o fato de o governo ter desmarcado a reunião no dia 28 de maio e informaram que a categoria tem decidido, em plebiscitos, pela greve. **Trégua** - Depois das falas das entidades, os representantes do governo pediram um intervalo e voltaram com a proposta de realização de uma reunião na próxima terça-feira (19), em que será debatido um esboço de um novo plano de carreira. Disseram, também, que a proposta vai partir do que foi discutido na reunião do dia 15 de maio e que poderá ser utilizado como parâmetro o plano de carreira do pessoal do Ministério da Ciência e Tecnologia. Sérgio Mendonça não quis se comprometer se o piso e o teto serão o mesmo do pessoal da Ciência e Tecnologia. Os representantes do governo insistiram que as categorias dessem uma trégua e voltassem ao trabalho. Os dirigentes do ANDES-SN foram enfáticos em afirmar que não havia como a categoria recuar. “Só podemos dar qualquer posição quando conhecermos a proposta do governo. Até porque a nossa carreira tem especificidades que não foram contempladas pelo governo”, adiantou Marina Barbosa. O 1º vice-presidente da Regional Nordeste II do ANDES-SN Josevaldo Cunha questionou dos representantes governistas se eles poderiam adiantar o teor da proposta. “Queremos saber se haverá uma preocupação de se fazer uma discussão da estrutura conceitual, para depois de chegar ao impacto orçamentário, ou se o governo colocará um limite financeiro, que é conjuntural, a sobrepor a organização do plano de carreira”, questionou. Sérgio Mendonça respondeu, apenas, que a proposta levará em consideração toda a discussão realizada no GT carreira. Para o ANDES-SN, a reunião desta terça-feira marcou o início efetivo das negociações. “Entendemos que concluímos as discussões do GT. Podemos não ter chegado a um denominador comum, mas agora todas as nossas divergências e pontos convergentes ficaram claros. Vamos, então, partir para outro patamar de discussão, no qual o governo precisa objetivar suas propostas, que serão analisadas pelo movimento”, afirmou Marina Barbosa. **Fonte:** ANDES-SN. Em seguida, a professora Fabiane Costas fala que até o momento existe 51 universidades em greve e exibe um quadro fazendo alguns destaques como o fato de algumas universidades terem diretoria Proifes. A professora ainda ressalta que em algumas dessas universidades, ligadas ao Proifes entraram em greve por meio de plebiscito. O professor Carlos Pires diz que o Proifes tem como prática passar a discussão de greve para um plebiscito e eventualmente fazem uma assembleia para homologação desse plebiscito. O professor segue relatando o sistema adotado pelo Proifes e exemplifica com o que aconteceu na universidade de Goiás. O professor ainda fala sobre a discussão de carreira com a comparação da carreira da ciência e tecnologia onde precisa ter claro dois aspectos: 1º - a tabela da ciência e tecnologia está congelado há 3 anos e deve ser reavaliado em agosto; 2º - a ciência e tecnologia não tem Dedicção Exclusiva. O professor Carlos segue dizendo fala da possibilidade de crescimento do movimento e isso se reflete na tratativa do governo na reunião realizada no dia de ontem. O professor finaliza dizendo da importância de se enviar delegado para compor o Comando Nacional de Greve e, na possibilidade, da solidariedade de classe, que é os sindicatos com mais tempo de vida auxiliar financeiramente, para os propósitos pertinentes a greve, sindicatos recém-formados. Portanto, o professor propõe para a assembleia, que no momento que achar adequado, banque no comando nacional de greve um delegado de uma universidade pequena que não tenha condições de se manter em Brasília ao menos por cinco dias. Em seguida o professor Julio Quevedo segue pontuando os informes nacionais: 1- Os institutos federais de ensino estão entrando em greve a partir do dia de hoje. 2 – Professores do colégio militar de Porto Alegre realizam hoje uma paralisação em apoio a greve nacional dos professores. 3 – O delegado que estará representando a SEDUFMS no CNG é o professor Abel Panerai Lopes. Em relação aos informes locais a senhora Loiva Sanches fala do andamento da greve dos técnicos administrativos e faz um esboço das negociações da categoria realizadas com o governo nos últimos anos. Na continuação da assembleia o professor Paulo Burmann faz um informe sobre a paralisação do HUSM com greve prevista para o dia 18 de junho. O professor fala da reunião realizada pela manhã no Centro de Ciências da Saúde entre o comando de greve local e os professores onde a pauta foi a greve e os problemas decorrentes da MP568. O

professor Burmann ainda fala que no curso de odontologia o índice de professores que aderiram ao movimento é bem acentuado, mas que no CCS, como um todo, ainda é baixo e que um dos motivos que é alegado, é sobre a rotina de atenção aos pacientes que já vinham com suas consultas agendadas a um bom tempo. Em seguida o estudante Eron Cunha do comando de greve dos estudantes fala que hoje existem, no país, cerca de 20 universidades federais onde os estudantes estão em greve e que na UFSM a adesão ainda é pouca e informa sobre a agenda do comando. O professor Julio Quevedo passa aos informes dos Centros. O professor Luis Carlos, do Centro de Educação, fala que o CE é um centro em que os professores aderem e participam do movimento de greve e que desde o momento de instalação da greve, os professores estão se reunindo diariamente para discutir, debater e refletir a cerca do movimento. O professor aproveita para explanar os assuntos já debatidos nessas reuniões. Na sequencia a professora Dani Laura Peruzzolo informa que o curso de terapia ocupacional, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde está em greve. A professora Luciana Montemezzo fala que no Curso de Letras tem três professores em greve e que tem tido uma resistência muito grande, por parte de um grupo de professores que tem incitado os alunos a confrontarem os grevistas e que isso tem sido visto, inclusive, em redes sociais e pede que se faça uma intensificação do movimento nas Letras. O professor Márcio Badke fala das agendas de atividades realizadas na CESNORS em Palmeira das Missões e Frederico Westphalen e relata que em Frederico os professores estão 100% parados e em Palmeira a adesão vem aumentando. O professor André fala que o curso de Artes Cênicas está em greve e que houve uma assembleia geral do CAL para falar sobre o movimento. O professor relata que no departamento de artes cênicas estão sendo realizadas reuniões semanais para falar sobre a greve e também para discutir sobre as especificidades dos cursos relacionados às artes. O professor José Renato do departamento de artes cênicas fala sobre a mobilização que será feita no ato show do dia catorze e na necessidade de se fomentar o debate sobre a postura estética perante a sociedade e aproveita para informar que o curso de desenho industrial está em greve. O professor Claudio Losekann informa que o Instituto Federal Santa Catarina deflagrou greve a partir do dia 13 de junho e que no CTISM, onde foi deflagrada greve na semana passada pelo SINASEFE, o movimento começou, no dia de hoje, modesta. O professor Ascisio fala do cuidado que os professores precisam ter ao abrirem suas disciplinas no moodle porque fica registrado no CPD o que resulta em uma normalidade das atividades da instituição. O próximo item de pauta: Análise de conjuntura – documento do dia 04 de junho é lido pela professora Fabiane Costas, que segue:

CONJUNTURA E A GREVE DOS DOCENTES DAS IFE *A crise econômica mundial que irrompeu em 2008 no centro do capitalismo, tem abalado todos os mercados financeiros. O impacto dessa crise no Brasil, foi escamoteado pelo governo Lula e continua sendo tratada pelo Governo Dilma como se estivéssemos isolados dos demais países em crise. No entanto, o Brasil é confrontado como parte da situação mundial, ainda que o governo, convenientemente, não expresse publicamente essa realidade. Uma mostra dessa contradição está na instabilidade do mercado financeiro, que faz com que o governo brasileiro opte por medidas de preservação de um modelo que privilegia o capital financeiro em detrimento das áreas sociais. O corte no orçamento de mais de 60 bilhões de reais, atingiu diretamente áreas como a saúde, educação e previdência. É inadmissível que os efeitos desastrosos dessa política sejam utilizados agora como dificuldade para o atendimento das reivindicações dos professores. Essa crise que era considerada pelo governo como externa e privada, hoje se contorna como interna e pública. O objetivo maior do governo é seguir a política de superávit primário para pagar mensalmente 30 bilhões de reais de juros aos banqueiros e especuladores. A política adotada pelo governo, diante da situação de crise que aprofunda a exploração do trabalho, tem reforçado a necessidade de luta contra o governo e os patrões da iniciativa privada, por parte de todos os setores da classe trabalhadora. Nos anos de 2009 e 2010, ocorreram 964 greves no país, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Os números são os maiores da última década. A greve das Instituições Federais de Ensino se agrega a uma conjuntura de luta em nosso país, protagonizada pela classe trabalhadora. Dos operários dos canteiros de obras aos bombeiros; das salas de aula das redes estaduais às empresas de ônibus e às estações de trem e metrô; por vários espaços assistimos fortes lutas e greves. Esse processo mostra uma disposição para enfrentar a política governamental e os patrões. Não podemos pagar pelos efeitos da crise econômica. Nesse contexto, a greve dos docentes das Instituições Federais de Educação eclodiu com grande força e, em poucos dias, já contava com a adesão de 48 instituições. É uma das maiores greves da categoria de docentes federais, nos últimos anos, expressando-se em massivos apoios e, se constrói em um momento histórico em que há uma insatisfação*

de outros setores da sociedade, a exemplo dos funcionários públicos federais que vêem, também, os seus direitos negados. Trata-se de uma primeira greve nacional após a implantação do Programa de Reestruturação das Universidades (REUNI) por meio do Decreto nº 6.096/2007, que implementa uma falsa democratização no acesso. Um projeto que em médio prazo, destrói a qualidade da universidade pública, principalmente, porque, com o aumento do acesso de estudantes sem contrapartida de contratações de professores e técnicos, só fez crescer o déficit existente destes profissionais, além do que, os recursos destinados para a construção da estrutura física, não atenderam nem a quantidade, nem a qualidade das atividades acadêmicas. A melhoria das condições de trabalho reivindicada pelos docentes está diretamente relacionada a uma crítica à concepção de educação e de universidade pública defendida pelo MEC que anda de mãos dadas com a privatização, a tecnocracia e meritocracia nas instituições, que transformou a função social da universidade para que ela exerça um papel de prestadora de serviços. Esse papel de universidade fere os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, transformando os docentes em meros reprodutores de conhecimentos e provoca, por meio da sobrecarga de trabalho, o esgotamento físico, mental e emocional. O REUNI fere frontalmente a construção de uma universidade pública, autônoma, democrática e referenciada socialmente. A greve ganha força porque a luta pela qualidade da universidade está comprometida com a elaboração autônoma, da ciência e da tecnologia, das artes e da tecnologia, a serviço da transformação da sociedade. Um outro dado importante do processo de indignação por que passam os docentes, está na manifestação de deflagração de greve de professores não filiados ao ANDES, que, se somam ao movimento nacional em defesa dos interesses da categoria. Afinal, há um reconhecimento público dessas bases de que a greve é necessária e justa. A intensidade da greve docente nas universidades tem como força motriz a insatisfação pela sobrecarga de trabalho, as condições precarizadas onde esse trabalho é realizado e, a necessidade de reestruturação da carreira que valorize a docência. A reestruturação da carreira que o MEC nos apresenta desde 2010 é mais uma peça do quebra cabeças da reestruturação do ensino superior no país, posto que, consolida elementos que destroem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A diferenciação dos critérios de progressão para as diferentes classes - de auxiliar até adjunto e de adjunto para associado - e o aligeiramento da progressão a partir da intensificação do trabalho em sala de aula, provocará a cisão da categoria docente em dois tipos: os dedicados à pesquisa e pós-graduação e os dedicados à graduação, incidindo diretamente na formação dos estudantes. Ao propor também a diferenciação entre a carreira do Magistério Superior e da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, aprofunda a divisão do trabalho docente e estimula a discriminação entre atividades de mesma natureza. A manutenção de uma remuneração composta de vencimento básico e gratificações, proposta pelo governo, somada à introdução de uma retribuição por projeto (RP) contribui para a competição individualista e a mercantilização do conhecimento e aprofunda a quebra da isonomia e paridade. Não se trata de uma mera mudança de carreira. Trata-se de um projeto político de educação que pretende dar sustentabilidade a uma hegemonia burguesa do capital. O governo, após assinar um acordo emergencial em agosto de 2011, que tem como um dos pontos o grupo de trabalho sobre reestruturação da carreira, não cumpriu os prazos estabelecidos e se manteve irredutível, rerepresentando sempre sua proposta com pequenas alterações que não modificam sua concepção original, o que não poderia resultar senão em uma resposta forte por parte da categoria. A greve se constrói nesse contexto como a alternativa à altura da situação imposta aos docentes. Na tentativa de desmobilizar a categoria, o governo editou a Medida Provisória nº 568/12, em substituição ao Projeto de Lei 2203/2011, onde consta a incorporação da GEMAS/GEBTT ao VB e o irrisório reposicionamento da tabela em 4% e, à revelia das negociações com os servidores públicos federais, propôs a redução dos valores pagos de insalubridade e periculosidade em valores nominais. Tal atitude serviu tão somente para aumentar a insatisfação da categoria fazendo com que a greve avançasse com maior intensidade. Como se não bastasse, em entrevista coletiva veiculada em rede nacional, no dia 23 de maio de 2012, o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, agride ainda mais a categoria por meio de um discurso que tenta desqualificar o movimento grevista dos docentes, proclamando-os a retomar suas atividades devido, segundo o mesmo, à ausência de motivos para a greve dos professores. O Ministro não explica como o governo que edita a Medida Provisória nº 568/12 é o mesmo governo que afirma que o Brasil está protegido com mais de trezentos bilhões de dólares acumulados, que propõe o aumento do consumo, a redução da taxa dos bancos e renúncia fiscal do IPI sobre os carros, destinando 2,1 bilhões de reais aos grandes empresários das multinacionais do setor. Também é importante reconhecer que o gasto com pessoal no orçamento de 2012 segue estabilizado em torno de 4,3% do PIB, frente a um crescimento da receita em tributos federais de 24%, conforme a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o ano de 2012. A arrecadação da receita governamental entre o período de janeiro a abril de 2012 foi de 352 bilhões de reais. A previsão de crescimento da receita é de 13%, porém os gastos com pessoal, conforme a mesma fonte, crescerá apenas 1,8% em valores nominais. A suspensão sem explicações por parte do Ministério do Planejamento - MPOG, da reunião, marcada para o último dia 28 de maio com Grupo de Trabalho que discute Plano de Carreira, sem previsão de nova data, demonstrou que o governo não tinha proposta a apresentar. Como resposta a esse descaso do governo, o movimento grevista respondeu de forma unificada com atos públicos em todo o país no dia 28 de maio, repercutindo na imprensa nacional, ampliando os canais de comunicação com a sociedade. Desde então, há uma visível intensificação da greve com o aumento do número de instituições aderindo ao movimento, inclusive a greve dos estudantes em quase todos os estados brasileiros. O descaso e a falta de proposta por parte do governo foi reafirmado quando, no dia 31 de março, prazo máximo colocado pelo MPOG para reabrir as negociações, a reunião não aconteceu. Soma-se a isso, o tratamento dado pelo governo ao conjunto dos servidores públicos, que após oito reuniões realizadas, somente nesse ano, com o Fórum das 32 entidades representativas dos servidores públicos federais, não apresenta nenhuma resposta, insistindo que o prazo do governo será 31 de julho. Nessa reunião, que ocorreu no dia 01 de junho, o Comando Nacional de Greve do ANDES, sentou-se junto com as demais entidades que sinalizam para o dia 11 de junho uma greve do conjunto dos servidores públicos federais. No dia 31 de maio o Senado aprovou o Projeto de Lei 2134/2012, que cria mais de 77 mil cargos e funções nas instituições federais, para serem preenchidos até o fim de 2014. Uma conquista do movimento docente, mesmo considerando que as vagas para o magistério superior, básico, técnico e tecnológico, além dos cargos de técnico administrativo, diretores e funções gratificadas, estão vinculadas em boa parte ao atendimento de novas demandas por meio do Reuni e do Pronatec. No mesmo dia, uma manobra do Governo colocou em discussão com previsão de aprovação para o dia 05 de junho, a Medida Provisória 559/12 que permitiu a negociação de débitos de 500 universidades comunitárias que possuem dívidas tributárias e previdenciárias de mais de R\$ 17 bilhões com o Governo. A proposta é a de que estas, pagariam apenas 10% desta, restando a outra parte da dívida a ser paga com bolsa de estudo. O objetivo é o de salvar o convênio dessas universidades com o Prouni. Estamos fortes, porque a luta nasce das bases insatisfeitas que estão suficientemente atentas para não cair nas armadilhas de discursos falaciosos, entre eles, destaca-se o papel dos discentes, que organizados, também entraram em greve em quase todo o país. Em 01 de junho, já existiam estudantes de 31 universidades públicas mobilizados, confirmando em assembleias nas suas instituições, a importância da luta em defesa de 10% do PIB para a educação, uma universidade de qualidade, em que eles tenham acesso a uma formação voltada para o trabalho e, não meramente por emprego. Para isso, necessitam de currículos adequados, professores em condições de orientá-los, com tempo disponível para estudo, acesso a laboratórios; uma política de assistência estudantil que garanta acesso a restaurantes universitários, residência universitária, bibliotecas equipadas. Os estudantes, ao engrossarem o movimento paredista, têm consciência que a greve pode trazer prejuízos eventuais, mas que prejuízos maiores ocorrerão se ficarem fingindo que a expansão da universidade é democrática e que garante direitos. Expansão sem qualidade é exclusão. A greve docente tem conquistado espaços importantes de diálogo junto aos parlamentares, ao Conselho de Reitores de Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF), da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Federais de Ensino Superior (ANDIFES), dos Conselhos Superiores das Universidades, de entidades internacionais, movimento sindical e entidades

representativas da sociedade civil, com o objetivo de pressionar o governo para a reabertura de negociações. Há uma mobilização nacional dos demais Servidores Públicos Federais que poderá culminar em uma greve nacional a ser deflagrada a partir do dia 11 de junho. É necessário manter mobilizados a todos os que aderiram ao movimento, continuar crescendo e ampliar o debate político com toda a sociedade. Neste sentido, e considerando as reflexões explicitadas no presente texto, o CNG faz um chamado de luta: VAMOS À MARCHA EM BRASÍLIA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2012. MARCHAREMOS UNIFICADOS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS./ Brasília, 02 de junho de 2012.

Após a leitura do documento, o professor Carlitos Schalenberger fala que a nossa seção sindical após varias TR's apresentadas em Congressos e Conads conseguiu aprovar o texto em que o Andes assuma como direção, nas negociações com o governo, o enquadramento dos aposentados e solicita que os atuais negociadores não esqueçam dos aposentados e que hoje, a cada medida provisória, os aposentados são jogados em um nível mais abaixo. O professor Rondon de Castro coloca que, em complemento ao texto, onde a leitura foi feita pela professora Fabiane, que o que tem parecido é que a universidade vai se modificando aos tropeços, o que na sua visão não é isso e sim, um processo que vem se dando paulatinamente onde se vê uma adaptação da universidade para formação de mão de obra barata para o mercado e que o Reuni veio para fazer claramente isso. O professor Getulio Lemos gostaria que houvesse a possibilidade de colocar na pauta de reivindicações a paridade de professores ativos e inativos. O professor Ascisio fala do que o governo propôs que é de parar o movimento por 20 dias para apresentar uma proposta o que em ano de eleições municipais, ter uma mobilização nas ruas não é positivo para o governo. O professor Francisco Estigarribia vê que não resta outra alternativa a não ser os docentes se unirem cada vez mais e se aprofundar na questão da greve e que é preciso ter cuidado com essa mentalidade privatista dos gestores que mandam os professores fazer determinadas coisas que possam mostrar que os mesmos não estão em greve. O professor Luis Carlos fala que a atual greve está sendo muito bem conduzida pelo Andes e isso tem se mostrado na adesão das universidades ao movimento e na reabertura das negociações com o governo na reunião de ontem. O professor Diorge Konrad fala sobre sua preocupação com as negociações onde parece que os professores teriam uma referência para a sua carreira, e que essa referencia seria a carreira de ciência e tecnologia e que é tarefa do movimento aprofundar nessa questão e armar a categoria pra esse enfrentamento. A professora Ester Nogueira reafirma o que foi falado pelo professor Carlitos e ressalta o trabalho feito dentro do Andes sobre o problema do aposentado e pensionista e pede que seja reafirmado, nas negociações, que não se pode separar o aposentado do pensionista e os aposentados dos ativos. O professor Carlos Pires disse que até agora o governo não fez proposta e quanto a questão levantada a respeito dos aposentados e pensionistas é preciso marcar presença nos espaços de representação. O professor Alcides Adornes mostra nas tabelas elaborada por ele, o que aconteceu com os aposentados e fala que todas as modificações ocorridas no plano de carreira original teve como objetivo atacar os aposentados. O próximo item de pauta fala sobre Discussão sobre perdas na carreira onde o professor Alcides Adornes faz análises sobre as perdas salariais ocorridas ao longo do tempo e apresenta tabelas, distribuídas aos presentes, onde exemplifica esses danos. Após a explanação, o professor Francisco sugere que se construa um documento com a tabela anexada, explicando essas distorções onde ajudaria a categoria a entender o que vem acontecendo e também o porquê que a greve é importante. O próximo item de pauta se trata sobre a proposta de construção de pauta conjunta. A professora Fabiane Costas fala que o assunto a que se refere o item da pauta vem de uma proposta do professor Francisco onde, na primeira parte o item tem pauta especifica em relação aos docentes e na segunda parte se trata de uma pauta

conjunta entre a SEDUFMS, ASSUFMS e DCE. O professor Francisco fala que é muito difícil se fazer uma greve conjunta pelo fato de cada segmento ter as suas especificidades, mas como tem sido mostrado na atual conjuntura a possibilidade de se ter uma pauta conjunta seria uma maneira de ampliar o movimento de greve. O professor fala que um dos pontos de pauta específica dos docentes seria fazer uma radiografia dos cursos criados desde 2007 com o Reuni e investigar onde foi empregada a verba destinada para isso. O outro ponto, levantado pelo professor Francisco, é a questão da Estatuinte onde se viria a discutir, também, a carreira dos docentes dentro da universidade. O professor Rondon comenta que o que se tem discutido com os técnicos administrativos é a criação de um fórum único dos servidores onde se discutiria de forma abrangente atividades comuns, mas cada categoria teria o seu próprio comando. O professor Carlos Pires adenda a proposta levantada pelo professor Rondon em que se convida o SINASEFE também a fazer parte desse fórum único dos servidores. O professor Carlos Pires apoia a proposta levantada pelo professor Francisco entre as quais a radiografia da expansão da UFSM. O professor Julio Quevedo pergunta ao professor Francisco se a pauta específica dos docentes e a de fórum único dos servidores seriam propostas excludentes, O professor Francisco esclarece que não. Colocada em votação a proposta de fórum único entre SEDUFMS, ASSUFMS, DCE e SINASEFE com pauta específica da SEDUFMS discutidas a nível do fórum, foi aprovada. O próximo item de pauta se refere a encaminhamentos. O professor Julio Quevedo fala da escolha de delegado e observadores para o 57º CONAD que acontece em Parnaíba, no Piauí, entre os dias 21 e 24 de junho de 2012. Os nomes propostos foram: **Jerônimo Siqueira Tybusch** – Delegado; **Márcio Rossato Badke e Getulio Silva Lemos** – Observadores suplentes. Em regime de votação, a indicação foi aprovada por unanimidade. O próximo item dos encaminhamentos, a ser votado, é a manutenção e a ampliação da greve onde foi aprovado por unanimidade. O professor Carlos Pires retira sua proposta de encaminhamento. O terceiro item dos encaminhamentos é referente as tabelas apresentadas pelo professor Alcides onde, com um texto explicativo, sejam disponibilizadas para toda a universidade. Em regime de votação, o encaminhamento foi aprovado. Em relação a assuntos gerais a mesa ressaltou os seguintes pontos: ato unificado que se realizará no dia 14; ato unificado que acontecerá na segunda-feira dia 18 em frente à reitoria; O IFF - Alegrete entra em greve no dia 18; Lançamento do Livro do Professor Reinaldo Pedroso no dia 19. O professor Francisco fala que tem se preocupado com o release sobre a situação de greve e pede que a diretoria disponibilize um jornalista do sindicato para estar no comando e fazer esse release abastecendo a imprensa e outra deliberação é sobre o data da próxima assembleia onde foi proposto dia 20 de junho. Sem mais para tratar, encerrou-se a assembleia geral permanente às 17h40min contando com a presença de 77 professores. A presente ata segue assinada pelo vice-presidente da SEDUFMS Julio Ricardo Quevedo dos Santos e pelo membro do Comando de Greve Local professora Fabiane Adela Tonetto Costas.

Julio Ricardo Quevedo dos Santos
Vice - Presidente da SEDUFMS

Fabiane Adela Tonetto Costas
Comando Local de Greve